

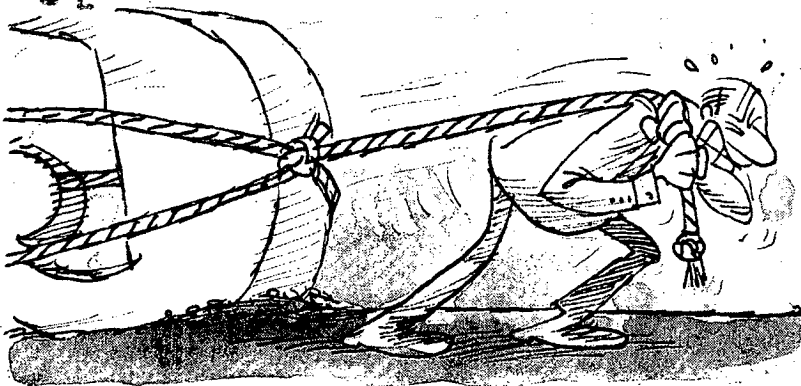
22 MAI 1995

PAULO R. HADDAD

Se as elevadas taxas de juros estão incomodando o empresário, muito mais ainda perturbam a vida do governo. Os encargos das suas dívidas são pagos por meio de recursos orçamentários e, atualmente, tanto para o governo federal quanto para muitos governos estaduais, já representam mais de 20% das suas despesas fiscais.

No caso dos Estados de maior expressão econômica na geração do Produto Nacional (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul), a dívida apresenta várias dimensões perversas. Em primeiro lugar, no início das atuais administrações, foram identificados valores da dívida flutuante e de restos a pagar inadimplíveis (salários atrasados, acerto com fornecedores, reposição de cotas de custeio, etc.), os quais, em alguns casos, equivalem a cerca de dois a três meses de arrecadação total. Isto significa que estas administrações passarão boa parte do ano de 1995 com fortes restrições de gastos, reprimidos em função dos próprios excedentes de gastos indevidamente autorizados durante o segundo semestre do ano passado.

Em segundo lugar, temos uma posição relativamente mais cômoda na dívida dos Estados realizada por meio de contratos, internos e externos. No caso dos contratos externos com as instituições multilaterais de fomento (Banco Mundial, BID), as suas linhas de financiamento prevêem prazos de carência e de amortização compatíveis com a realidade das finanças públicas estaduais. Ao mesmo tempo, a repactuação



OS ENCARGOS DA DÍVIDA JÁ
REPRESENTAM MAIS DE 20%
DAS DESPESAS FISCAIS DO GOVERNO
FEDERAL E DE MUITOS GOVERNOS ESTADUAIS

das dívidas dos Estados com as instituições financeiras do governo federal (Banco do Brasil, CEF, BNB, Basa, Bacen, Meridional) trouxe, desde o ano passado, um grande alívio pelas condições favoráveis em que se procederam em termos de seus prazos e limites de comprometimento das receitas líquidas das Unidades da Federação.

O grande problema que as taxas astronômicas de juros representam para aqueles Estados é o seu impacto sobre a dívida mobiliária que, no seu estoque total, ultrapassa a ordem de 20 bilhões de reais. Não é difícil estimar o quanto se deixa de gastar em saúde, em educação e em segurança, quando a taxa de juros passa da casa dos 5% ao mês, realocando os recursos orçamentários para o pagamento dos serviços desta dívida. Vale dizer, os juros que se pagam hoje são os salários das professoras primárias que são comprimidos amanhã, são as es-

tradas que ficam sem conservação e manutenção, são os serviços de segurança que deterioram a sua qualidade... Portanto, quanto mais bem-sucedida a gestão da dívida pública, maior a probabilidade de sucesso da gestão das políticas sociais compensatórias.

Quando os governadores, que são obrigados a carregar esta dívida diariamente num mercado financeiro profundamente especulativo e descomprometido com a sorte de sua população, chegarem ao final de seu mandato no final de 1998, farão as contas de quanto esforço administrativo e quantos recursos foram desviados de seus compromissos maiores para atender à saga da ciranda financeira. Não se pode, pois, continuar empurrando para frente o pagamento e a reestruturação desta dívida num dramático enredo em que o giro de papéis compromete a qualidade de vida daqueles cidadãos que, nos Esta-

dos, dependem dos serviços públicos para complementar os seus salários de fome.

Estes Estados têm de enfrentar esta questão com coragem cívica, determinação política e engenhosidade técnica. As regras básicas são conhecidas: controlar despesas, ampliar receitas e vincular o excedente operacional à gestão da dívida na busca de soluções definitivas. Como os Estados estão operando suas finanças em regime de repressão fiscal (já reduzindo suas despesas de custeio e de investimento em nível politicamente insuportável), deve-se buscar também avançar a reforma patrimonial (vendas de ativos mobiliários e imobiliários) e os processos de privatização, com os seus resultados condicionados à amortização do principal da dívida mobiliária. Espera-se que, nesta batalha, tenham o governo federal como parceiro, quer contribuindo para o sucesso da reengenharia financeira, quer reduzindo as taxas de juros a níveis civilizados.

Sairão vencedores e reconhecidos pela opinião pública os governadores que, até o final de seu mandato, reestruturarem os seus níveis de endividamento, os quais, até agora, vêm determinando o que eles podem fazer, quando fazer e para quem fazer. Ou seja, é a dívida e os seus impactos que arrastam as gestões administrativas.

O AUTOR

Paulo R. Haddad
é economista
e ex-ministro
da Fazenda
e Planejamento

